

NOVAS DEPENDÊNCIAS E NEOEXTRATIVISMO EM TEMPOS DE PANDEMIA: PRODUÇÃO HUMANA DA CRISE AMBIENTAL, DESENVOLVIMENTO E AUTORITARISMO

Vinicius Moraes da Cunha¹

Resumo: O objetivo desse trabalho consiste em refletir sobre a crise contemporânea e suas implicações para a América Latina, especialmente o caso brasileiro, de modo a observar se há algum tipo de linha de força relacionada ao contexto de crise que estimula o modelo de acumulação primário-exportador. O neoliberalismo avança conforme se constroem as taxas de lucro, em forma de regime político, social e econômico plástico o suficiente para extrair da sociedade valor, onde antes havia direitos, preservação do meio ambiente e democracia. Ao mesmo tempo, o capitalismo segue sem rivais, em termos de alternativa sistêmica. Todavia, no interior da hegemonia capitalista, concorrem modelos de algum modo alicerçados, de um lado, nos EUA e, por outro lado, na China. É possível dizer que um dos traços em comum de ambos os modelos têm a ver com a pouca atenção dada aos limites geofísicos da terra, fato que aproxima de níveis ainda mais alarmantes a emergência climática. A entrada da China como player geopolítico decisivo tem impacto direto nos países do sul global, posto que os fluxos e intercâmbios de mercadorias foram ampliados e direcionados à Pequim como centro político. Isso implica em novas formas de dependência, uma vez que o crescimento chinês absorve a produção de economias que acumulam valor a partir do neoextrativismo. Sem contar as “antigas” relações de dependência. A pandemia de Covid-19 joga luz sobre questões muito importantes, das quais queremos destacar duas. A pulsão predatória que faz avançar a fronteira agropecuária estimula doenças de origem zoonótica. Por outro lado, a competição do capitalismo global, tendo em sua “primeira divisão” países tecnologicamente avançados, resguarda, e talvez reforça, o lugar de exportação de matérias-primas ocupado pelos países fora desse circuito, estimulando um modelo concentrador de renda, devastador do meio ambiente e propício a novas pandemias. Enfim, a ideia, então, é desenvolver as reflexões acima citadas a partir de críticas contemporâneas que buscam analisar a crise atual do capitalismo e o que significa uma economia de matriz neoextrativista em tempos de aceleração do neoliberalismo e pandemia.

Palavras-chave: Dependências; neoextrativismo; neoliberalismo; capitalismo; meio ambiente

1 Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo

Introdução

O objetivo desse trabalho² consiste em refletir sobre a crise contemporânea e suas implicações para a América Latina, especialmente o caso brasileiro, de modo a observar se há algum tipo de linha de força, uma tendência, relacionada ao contexto de crise que estimula o modelo de acumulação primário-exportador.

O neoliberalismo avança para conter a tendência de queda nas taxas de lucro, em forma de regime político, social e econômico plástico o suficiente para extrair da sociedade valor, onde antes havia direitos, preservação do meio ambiente e democracia.

Ao mesmo tempo, o capitalismo segue sem rivais, em termos de alternativa sistêmica. Todavia, no interior da hegemonia capitalista, concorrem modelos de algum modo aliçados, de um lado, nos EUA e, por outro lado, na China. É possível dizer que um dos traços em comum de ambos os modelos tem a ver com a pouca atenção dada aos limites geofísicos da terra, fato que aproxima de níveis ainda mais alarmantes a emergência climática.

A entrada da China como player geopolítico decisivo tem impacto direto nos países do sul global, posto que os fluxos e intercâmbios de mercadorias foram ampliados e direcionados à Pequim como centro político. Isso implica em novas formas de dependência, uma vez que o crescimento chinês absorve a produção de economias que acumulam valor a partir do neoextrativismo. Sem contar as “antigas” relações de dependência.

A pandemia de Covid-19 joga luz sobre questões muito importantes, das quais queremos destacar duas. A pulsão predatória, que faz avançar a fronteira agropecuária e neoextrativista, estimula doenças de origem zoonótica, ou seja, transmitidas entre animais ou entre animais e humanos. Por outro lado, a competição do capitalismo global, tendo em sua “primeira divisão” países tecnologicamente avançados, resguarda, e talvez reforça, o lugar de exportação de matérias-primas ocupado pelos países fora desse circuito, estimulando um modelo concentrador de renda, devastador do meio ambiente e propício a novas pandemias.

A ideia, então, é desenvolver as reflexões acima citadas a partir de críticas contemporâneas que buscam analisar a crise atual do capitalismo e o que significa uma economia de matriz neoextrativista nos tempos atuais.

A pandemia de Covid-19 é, ao mesmo tempo, um sintoma e um sinal de alerta. Sintoma de uma sociedade adoecida que incorporou em seu padrão de desenvolvimento uma relação destrutiva com a natureza. Há vários indícios, que serão abordados ao longo do texto, de que o novo Coronavírus resulta da integração predatória entre meio ambiente, produção e consumo humanos. Se a pandemia atual foi causada pelo Sars-Cov-2, poderia ter sido causada por outras cepas virais. Isso sem falar de outros tipos de enfermidades

² Este trabalho é destinado ao XI Congresso de História Econômica da Universidade de São Paulo.

que podem ser causados por fungos, bactérias e helmintos. Doenças zoonóticas acusam, embora não exclusivamente, um padrão de produção.

A pandemia é também um sinal de alerta da aproximação de cenários de catástrofes. Dados da Universidade Johns Hopkins indicam que quase 35 milhões de pessoas estão infectadas e mais de um milhão já perderam suas vidas. O Brasil ocupa a terceira posição em número de enfermos, atrás de EUA e Índia, e a segunda em mortes, atrás apenas dos EUA³. Sem contar as consequências econômicas e psicossociais. Agências e programas internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), trabalham objetivamente com o cenário de desastre ambiental. Este quadro trágico atual pode ser o primeiro, talvez inaugural, de uma Era das Catástrofes. Não apenas novas pandemias podem surgir, como cataclismos derivados do aumento da temperatura global, de incêndios de grandes proporções, desmatamentos, esgotamento de água doce, aumento no nível do mar, poluição do ar e conflitos climáticos. Apenas alguns exemplos que ilustram o potencial destrutivo envolto aos motivos disparadores da pandemia atual.

Eis uma questão. O que deve ser alvo de análise crítica e superação é o modelo de desenvolvimento capitalista pautado pela produção desenfreada, pela lógica do crescimento econômico a qualquer custo, do incentivo ao consumismo e da sabotagem mercenária contra o meio ambiente. No caso brasileiro, em sintonia com a América Latina, este padrão veste a roupagem do neoextrativismo, entendido como um tipo de matriz econômica pautada pelo crescimento através de cadeias de produção e valor sustentadas pela exploração em larga escala de produtos primários e bens naturais.

A proposta neoextrativista soa como um paradoxo da razão ou talvez expressão da falência da ideia de progresso. A crise sanitária ressaltou a importância crucial da ciência e da pesquisa⁴, sobretudo em tempos de pós-verdade e fake news. No entanto, a ciência e as pesquisas indicam os limites biofísicos da Terra e essas informações parecem surtir pouco ou nenhum efeito em termos de medidas concretas para a reversão da rota rumo à destruição. Não há, portanto, como não relacionar a crise ambiental e sanitária com a crise da democracia.

Após a Constituição de 1988, houve no Brasil algum grau de estabilidade democrática. O pêndulo da política orbitava PT e PSDB, garantindo decisões que pendiam ora à direita e ora à esquerda, embora dentro de um raio correspondente a uma política de centro. A ruptura dessa dinâmica radicalizou ânimos e interesses econômicos a tal ponto de haver no Ministério do Meio Ambiente, comandado por Ricardo Salles, um centro operativo de destruição ambiental. A aparente ausência da racionalidade, na prática, escamoteia um padrão de desenvolvimento e torna-se elo entre o neoextrativismo e um projeto político de extrema-direita.

3 Acesso em 03/10: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>.

4 Citaremos algumas pesquisas ao longo do texto.

Consenso das commodities

A América Latina tem desenvolvido um modelo ou padrão de desenvolvimento chamado pela socióloga argentina Maristella Svampa de *Consenso das Commodities*. Este padrão é uma espécie de evolução dialética do modelo anterior, o famoso *Consenso de Washington*. Neste, o programa econômico para os países da América Latina estava centrado numa plataforma de valorização financeira, em agenda de privatizações e no papel do Estado como meta-regulador. Da passagem entre os dois *Consensos*, tais premissas neoliberais foram mantidas. No entanto, o lugar de exportação de matérias-primas e/ou commodities assumiu o centro da agenda articulada para acelerar o crescimento econômico. Em especial com o *boom* nos preços das commodities, sobretudo alavancado pela demanda chinesa, o neoextrativismo ganhou novo ímpeto, tendo como consequências o estímulo à reprimarização, a fragilização dos mecanismos de preservação ambiental e fomento à refiguração do perfil dependente das economias em questão.

Diz Svampa:

Recordemos que en los años `90, el Consenso de Washington colocó en el centro de la agenda la valorización financiera y conllevó una política de ajustes y privatizaciones, lo cual terminó por redefinir al Estado como un agente meta-regulador. Asimismo, operó una suerte de homogeneización política en la región, definida por la identificación o fuerte cercanía con 4 las recetas del neoliberalismo. En la actualidad, el Consenso de los Commodities pone en el centro la implementación masiva de proyectos extractivos orientados a la exportación, estableciendo un espacio de geometría variable en cuanto al rol del Estado y su relación con la sociedad, lo cual permite el despliegue y coexistencia entre gobiernos progresistas, que han cuestionado el consenso neoliberal, con aquellos otros gobiernos que continúan profundizando una matriz política conservadora en el marco del neoliberalismo⁵.

Esse novo perfil econômico, cuja marca está relacionada com a exploração de recursos naturais sem precedência em escala, atualiza a dependência em chave mais complexa. Para além da relação de subordinação entre centro e periferia, do papel historicamente construído de fornecedor matérias-primas sem valor agregado, da superexploração do trabalho e da ideia de desenvolvimento do subdesenvolvimento, a centralidade do neoextrativismo coloca em xeque o meio ambiente, exatamente em um contexto de incontestável crise ambiental. A proposta econômica neoextrativista coaduna ou coliga com a crise do Antropoceno.

5 Svampa, Maristella. *Pensar el desarrollo desde América Latina*. Pg. 03. Artigo apresentado no Seminário Latinoamericano “Derechos de la Naturaleza y Alternativas al extractivismo”, realizado em novembro de 2011, Buenos Aires. In: <http://maristellavampa.net/archivos/ensayo56.pdf>

Observando por outro ângulo, a crise política agrava a situação por ora apresentada. Algumas sociedades vivem hoje o que a pensadora Chantal Mouffe chama de “momento populista”⁶. Após anos de consenso neoliberal no qual a política tornou-se supostamente técnica e neutra, momento esse também chamado de pós-política, a crise do neoliberalismo trouxe de volta o conflito social no lugar do consenso. Em várias regiões do globo, líderes autoritários de extrema-direita assumiram a chefia de governos. Não por coincidência, muitos desses líderes defendem ideias negacionistas em relação à crise ambiental ou ao aquecimento global, com destaque para Donald Trump e Jair Bolsonaro.

Pode ser possível apresentar uma relação entre crise da democracia e crise ambiental. No Brasil, o governo atua abertamente em favor de formas arcaicas de produção econômica às custas de devastação ambiental. Embora o agronegócio, que articula cadeias produtivas que combinam alta tecnologia e procedimentos rústicos, também seja beneficiado por políticas de desmonte dos mecanismos de proteção da natureza. De todo modo, interessa salientar que a volta escancarada do conflito político permite que a extrema-direita se alie a setores econômicos interessados em formas produtivas altamente predatórias da biodiversidade.

Produção humana da pandemia e crise ambiental

Rob Wallace, epidemiologista evolutivo ligado ao *Agroecology and Rural Economics Research*⁷, tem se dedicado ao estudo da relação entre produção capitalista e emergência de doenças. Em seu recente texto *Agronegócio, poder e doenças infecciosas*⁸, o autor debate a ascensão de várias doenças resultantes da relação indigesta, predatória, entre humanos e meio ambiente. Aponta que o Sars-CoV-2 emerge das mesmas estruturas de desigualdade que agora exacerba e que a evolução desses patógenos deve ser pensada a partir de contextos sociais e econômicos.

Esse circuito regional de produção – das florestas periurbanas para as cidades, provável origem da Covid-19 – se reproduz no mundo inteiro (Wallace, R. et al., 2020). Tal quadro nos dá uma estrutura mais ampla para analisar surtos em quase todos os lugares, não apenas na China. Sars-CoV-1 e Sars-CoV-2, ebola, zika, febre amarela, peste suína africana, gripes aviárias e suína, vírus Nipah, febre Q, entre outros, assim como historicamente o HIV, todos se originaram ou reemergiram de algum lugar ao longo desses circuitos de produção. Seja na floresta, seja ao redor do novo contínuo periurbano, seja em fazendas industriais, seja em fábricas de processamento próximas das cidades ou dentro delas. Muitas dessas novas ecologias são produtos de importação imperialista ou neoliberal (Wallace,

6 Mouffe, Chantal. *Por um populismo de esquerda*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

7 Ver em: <https://arerc.wordpress.com/>

8 Wallace, Rob. *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

R.G & Wallace, R.2016). Claramente, doenças infecciosas não dizem respeito apenas ao próprio vírus, mas também ao contexto do qual emergem (Wallace, R.G. 2016)⁹.

Muitas doenças zoonóticas são produzidas através do contato do mundo natural, pouco tocado, com mercados humanos. Feiras que comercializam carne de animais silvestres, como morcegos e roedores, possuem alto risco de serem porta de entrada de novas enfermidades. Atividades econômicas, tais quais o garimpo e mineração em áreas protegidas, por outro lado, ao colocar legiões de trabalhadores em locais sem rede ou infraestrutura, estimulam o contato entre hospedeiros e agentes intermediários de vírus e bactérias.

Sem embargo, fazendas que confinam porcos e aves em condições precárias são laboratório de produção de doenças. Não à toa, tem sido comum a afirmação de que novos vírus estão no prato de comida trazida por grandes corporações. O desmatamento de florestas, como a Amazônia, com vistas à expansão do território para pastoreio, por seu turno, se configura como outro caminho para “liberar” a circulação de agentes patogênicos. No Brasil, calcula-se que 80% das áreas desmatadas na Amazônia são destinadas à criação de animais¹⁰. Cientistas apontam que as agressões humanas ao mundo natural criam de dois a quatro novos vírus por ano. De acordo com o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), o desmatamento no primeiro semestre desse ano, na Amazônia, atingiu 3 069,57 Km². Um aumento de 25% em relação ao ano passado¹¹. As florestas atuam como reguladoras da temperatura do planeta e na manutenção do ciclo de chuvas. Exercem também a função de equilíbrio de agentes infecciosos que vivem em seus ecossistemas¹². Ou seja, o Brasil é um forte candidato a oferecer novos surtos pandêmicos ao mundo.

Este quadro está no contexto de gravíssima crise ambiental, explicada por autores como David Wallace-Wells, quem escreveu *A terra inabitável, uma história do futuro*. Ele nos lembra que o famoso Protocolo de Kyoto, assinado em 1997, advertiu que o aumento da temperatura global acima de 2º estava configurado como o limiar da catástrofe¹³. Muito pouco foi conseguido em nível global para evitar esse cenário. Ao lado de novas pandemias, o mundo enfrentará ondas de calor, furacões, secas e cidades inundadas.

Eis a razão que Rob Wallace aponta a necessidade de uma nova ciência, capaz de aliar contextos sociopolíticos com aspectos epidemiológicos.

Podemos estar testemunhando o nascimento de uma nova ciência para o controle de patógenos antes que eles se tornem pandêmicos. Uma ciência focada não apenas nos vírus específicos, mas na natureza fundamentalmente política do equilíbrio de poder que deter-

9 Wallace, Rob. *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. São Paulo: Editora Elefante, 2020. Pg. 545.

10 Acesso em 28/09/2020: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-virus-esta-no-prato/>

11 Acesso em 04/20/2020: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/07/10/desmatamento-da-amazonia-sobe-26percent-no-primeiro-semester-diz-inpe.ghtml>

12 Acesso em 28/09/2020: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-virus-esta-no-prato/>

13 Wallace-Well, David. *A Terra inabitável. Uma história do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Pg. 18.

mina se o uso do solo pode ou não impedir o surgimento de novos surtos de pandemias, em primeiro lugar; ou, como parece ser o caso agora, se continuará a liberar epidemias uma após a outra, como dados rolando em uma mesa de cassino¹⁴.

Ultraliberalismo e meio ambiente: caso Salles

Recentemente, as Nações Unidas lançaram um documento chamado *Human Rights, Environment and Covid-19 – Key Messages*¹⁵. O texto define a situação atual como algo que atesta o risco de catástrofe em um mundo cada vez mais globalizado. Apresenta mensagens a partir de uma abordagem que conjuga direitos humanos e saúde ambiental. São oito as mensagens.

Direito total à saúde ambiental: a degradação ambiental e a perda de biodiversidade produzem zoonoses. Combater a degradação ambiental como garantia do direito à vida. *Repensar a interação com a natureza*: 60% das doenças infecciosas e 75% de todas as doenças infecciosas emergentes, incluindo a Covid-19, são zoonóticas. É necessário integrar direitos humanos e saúde ambiental em chave de acordos e processos ambientais. *Proteção aos pobres ou sujeitos à discriminação*: os impactos da pandemia são desproporcionais, afetando de maneira mais severa populações vulneráveis. *Fortalecer o papel das leis ambientais e proteger os defensores de direitos humanos e do meio ambiente*: mudanças de prática são fundamentais. Ganhos econômicos de curto prazo advindos de desregulação trazem custos de longo prazo. Estados devem fazer valer Constituições e leis para remediar violações. Esforços devem ser feitos para combater o comércio ilegal da vida natural. Limitações dos espaços da sociedade civil e ameaças a defensores de direitos humanos e ambientais constituem ameaças. *Garantia de participação significativa e informada*: participação e informação são direitos humanos. A transparência de dados e informações é central. A crise atual deve catalizar mecanismos de democratização. *Minimizar o impacto prejudicial do lixo hospitalar*: o combate à pandemia demandou o aumento no uso de material hospitalar, que, se não cuidado, oferece riscos às populações vulneráveis. *Reconstruir melhor e Aprender com a crise da Covid-19* são as últimas mensagens¹⁶.

Contrariando todas as mensagens-chave das Nações Unidas, o governo de Jair Bolsonaro, e o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, desenvolvem uma política que enfraquece mecanismos e instituições de proteção ambiental em favor de atividades econômicas predatórias. Tanto o agronegócio exportador de soja e carne, como outras atividades ainda mais rústicas, como garimpo e madeireiras. O ápice do descompromisso é assistido

14 Wallace, Rob. *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. São Paulo: Editora Elefante, 2020. Pg. 536.

15 Acesso em 03/10/2020: <https://www.unenvironment.org/pt-br/resources/relatorios/direitos-humanos-meio-ambiente-e-covid-19-mensagens-chave>

16 Acesso em 03/10/2020: <https://www.unenvironment.org/pt-br/resources/relatorios/direitos-humanos-meio-ambiente-e-covid-19-mensagens-chave>

diante da prevaricação governamental frente aos incêndios na Pantanal, os quais já consumiram mais de 20% deste bioma¹⁷.

Possivelmente, o índice mais alarmante a respeito de decisões do governo foi divulgado pela ONG Observatório do Clima. Entre janeiro e agosto de 2020, o Ministério do Meio Ambiente gastou apenas 0,4% dos recursos destinados às atividades-fim, como as relacionadas à implantação de programas de preservação. Dos 26,6 milhões autorizados pelo governo, Salles usou apenas 105 mil, até 31 de agosto¹⁸.

Curiosamente, Bolsonaro, em seu discurso inaugural da 75^o Assembleia Geral, acusou indígenas e caboclos pelas queimadas, criticou ONGs e citou conspiração internacional que visa atuar na Amazônia de modo a corromper a soberania nacional¹⁹. O discurso, sem compromisso com fatos e dados, revela que o governo não só tem como política pública a devastação ambiental, como o faz através de táticas diversionistas.

Conclusão

A perspectiva de que o capitalismo neoliberal rompeu com a democracia aparece com alguma frequência, como em Wolfgang Streeck, em *O tempo comprado – crise adiada do capitalismo democrático*²⁰. Este autor comenta que a partir da crise dos 1970, os países capitalistas avançados conseguiram comprar tempo, adiando os impactos sociais da crise. Ocorre, no entanto, que com a crise do *subprime* de 2008, os mecanismos de compra se esgotam, de tal modo que resta às forças de mercado romper ou, no mínimo, enfrentar a democracia para avançar sobre terrenos protegidos pelas conquistas sociais do *Welfare State*. Estaríamos vivendo agora um interregno, cujo desenlace é imprevisível.

Se for possível estabelecer algum paralelo com os países da periferia capitalista, a situação é mais grave, uma vez que as forças de mercado exigem rupturas com padrões democráticos em democracias de baixa ou baixíssima intensidade. As políticas ambientais no Brasil atual não podem ter outro nome que não um verdadeiro escândalo.

Procuramos nesse texto relacionar a nova matriz de desenvolvimento, envolta ao Consenso das Commodities, com a pandemia da Covid-19. Pelo fato de haver uma crise múltipla, a crise da democracia e ameaças autoritárias estão no mesmo horizonte. A América Latina tem em seu DNA a marca da dependência. Esta dependência possui novos perímetros e substância. Avançou sobre o terreno ambiental com voracidade, ao ritmo do

17 Acesso em 03/10/2020: <https://oglobo.globo.com/sociedade/queimadas-no-pantanal-atingem-fazendas-onde-desmatamento-foi-autorizado-1-24661961>

18 Acesso em meio 28/09/2020: <http://www.observatoriodoclima.eco.br/salles-gastou-r-105-mil-em-politica-ambiental-em-2020/>

19 Acesso em 03/10/2020: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2020/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-75a-assembleia-geral-da-organizacao-das-nacoes-unidas-onu>

20 Streeck, Wolfgang. *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo: Boitempo, 2018.

desenvolvimento do capitalismo do sudeste asiático. Sua substância é antidemocrática e autoritária, tendo em vista as interações de forças políticas que viabilizam o projeto social por ora em curso. Eis o dilema.

A crise ambiental atual, relacionada com a crise da democracia, faz lembrar o Dilema de Epícuro. Segundo Epícuro, um Deus não pode ser, ao mesmo tempo, onisciente, onipotente e onibenevolente. Se o Deus fosse onisciente e onipotente, Ele saberia da existência do Mal e o combateria. Se não o fizesse, não seria onibenevolente. Se o Mal continua existindo, é porque o Deus não é onipotente. Caso o Deus não conheça a existência do Mal, Ele não é onisciente. Na prática, trata-se de um trilema, segundo o qual duas categorias conjugadas negam a terceira. Este paradoxo afirma que um Deus não pode ser onisciente, onipotente e onibenevolente, caso exista o Mal. A existência do Mal é condição para o paradoxo.

Vivemos hoje um paradoxo ambiental. Pois há ciência e consciência dos riscos que a humanidade enfrenta e há meios para combater a situação. Se medidas eficazes não são tomadas, a resposta não tem a ver com benevolência, mas, antes de tudo, com a irracionalidade destrutiva que permeia a produção e reprodução do capital. Os grandes acionistas e executivos das corporações não reconhecem o “Mal-ambiental”, ou seja, os riscos iminentes? É fato que campanhas negacionistas circulam em larga escala e encontram amparo político em líderes demagogos. No entanto, as informações sobre as ameaças são seguras, cientificamente amparadas e circulam vastamente. Chama a atenção o fato de que ambos os paradoxos se baseiam em algum tipo de profissão de fé: o de Epícuro discute a existência de um Deus e de um Mal, enquanto o paradoxo ambiental se sustenta na crença inabalável no progresso e na perspectiva de crescimento econômico infinito. para desvelar particularidades locais que, talvez, possam permitir a compreensão do todo, da dinâmica do capitalismo no campo em nossos tempos.

Referências Bibliográficas

Acosta, A.; Brand, U. *Pós-extratativismo e decrescimento. Saídas do labirinto capitalista*. São Paulo: Autonomia Literária, Editora Elefante, 2018.

Azam, Geneviève. *Decrescimento*. In: Solón, Pablo (Org.). *Alternativas sistêmicas. Bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

Brown, Wendy. *In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the west*. Nova York: Columbia University Press, 2019.

Dardot, Pierra; Laval, Christian. *A Nova Razão do Mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2018.

Gudynas, Eduardo. *Direitos da Natureza. Ética biocêntrica e políticas ambientais*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

Fraser, Nancy; Jaeggi, Rahel. *Capitalismo em debate. Uma conversa na teoria crítica*. São Paulo: Boitempo, 2020.

Milanovic, Branko. *Capitalism, alone: the future of the system that rules the world*. Cambridge, Mass. Harvard University Press, 2019.

Mouffe, Chantal. *Por um populismo de esquerda*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

Sólon, Pablo. *Desglobalização*. In: Solón, Pablo (Org). *Alternativas sistêmicas. Bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

Streeck, Wolfgang. *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo: Boitempo, 2018.

Svampa, Maristella. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina. Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

Svampa, Maristella. *Pensar el desarrollo desde América Latina*. Artigo apresentado no Seminário Latinoamericano “Derechos de la Naturaleza y Alternativas al extractivismo”, realizado em novembro de 2011, Buenos Aires. In: <http://maristellavampa.net/archivos/ensayo56.pdf>

Wallace, Rob. *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

Wallace-Well, David. *A Terra inabitável. Uma história do futuro*. São Paulo: Companhia Letras, 2019.